


**A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO ENSINO BÁSICO: FUNDAMENTOS E  
IMPACTOS NA VIDA ADULTA**

**THE IMPORTANCE OF FINANCIAL EDUCATION IN BASIC EDUCATION: FOUNDATIONS  
AND IMPACTS ON ADULT LIFE**

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.062-028>

**José Moézio Lopes Silva**

Especialista em Psicopedagogia com Ênfase nas Práticas Inclusivas  
Faculdade do Leste Mineiro – FACULESTE, Brasil  
Vínculo Institucional: Secretaria Municipal de Educação de Altaneira/CE, Brasil  
E-mail: moeziolopesforro10@gmail.com  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3864989990987335>  
ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-3504-4569>

**Cicero Jackson Pinheiro Beserra**

Mestre em Ensino de Física  
Sociedade Brasileira de Física (SBF) Polo P31 – URCA, Brasil  
Vínculo Institucional: Secretaria Municipal de Educação de Juazeiro do Norte/CE e Secretaria de Estado  
de Educação do Ceará – SEDUC, Brasil  
E-mail: jacksonpinheirofisica@gmail.com  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7821812927688605>  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3540-0058>

**José Evantuil de Sousa**

Especialista em História e Sociologia  
Universidade Regional do Cariri – URCA, Brasil  
Vínculo Institucional: Secretaria Municipal de Educação de Altaneira/CE e Secretaria de Estado de  
Educação do Ceará – SEDUC, Brasil  
E-mail: jose.sousa34@prof.ce.gov.br  
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4154514547426363>  
ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-9408-4203>

**Francisco Adailton da Silva**

Mestre em Ensino de Ciências e Educação Matemática  
Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, Brasil  
Vínculo Institucional: Secretaria Municipal de Educação de Altaneira/CE e Secretaria de Estado de  
Educação do Ceará – SEDUC, Brasil  
E-mail: ver.adeilton@gmail.com  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0907186013294712>  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3017-2113>

**Rafaela Gonçalves Rodrigues**

Especialista em Direito Penal e Criminologia  
Universidade Regional do Cariri – URCA, Brasil  
Vínculo Institucional: Coordenadoria da Mulher de Altaneira/CE, Brasil  
E-mail: [advocaciarafaelagoncalves@gmail.com](mailto:advocaciarafaelagoncalves@gmail.com)  
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2038317417032850>  
ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-0143-8332>

**Wellton Cardoso Pereira**

Mestre em Ensino de Ciências e Educação Matemática  
Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, Brasil  
Vínculo Institucional: Secretaria de Estado de Educação do Ceará – SEDUC e Secretaria Municipal de Educação de Altaneira/CE, Brasil  
E-mail: [wellton.pereira@prof.ce.gov.br](mailto:wellton.pereira@prof.ce.gov.br)  
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/8139338720406459>  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4371-7338>

**José Pinheiro da Silva Neto**

Especialista em Currículo e Prática Docente nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental  
Universidade Federal do Piauí – UFPI, Brasil  
Vínculo Institucional: Secretaria Municipal de Educação de Nova Olinda/CE, Brasil  
E-mail: [jotapinnheiro@gmail.com](mailto:jotapinnheiro@gmail.com)  
ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-4958-4797>

**Ruth Sousa Muniz**

Especialista em Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica  
Faculdade Venda Nova do Imigrante – FAVENI, Brasil  
Vínculo Institucional: Secretaria Municipal de Educação de Juazeiro do Norte/CE, Brasil  
E-mail: [ruthmuniz74@gmail.com](mailto:ruthmuniz74@gmail.com)  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2985132370474115>  
ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-9629-0752>

**Maria Eliane Esmeraldo Martins**

Mestranda em Ensino em Saúde  
Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO, Brasil  
Vínculo Institucional: Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO, Brasil  
E-mail: [eliane\\_cicero@hotmail.com](mailto:eliane_cicero@hotmail.com)  
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4212208847553623>  
ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-9667-2150>

**RESUMO**

A presente investigação analisa a relevância da educação financeira no ensino básico como instrumento formativo voltado à construção da autonomia, da consciência crítica e da participação cidadã em uma sociedade marcada pela intensificação do consumo, pela expansão do crédito e pelas profundas desigualdades socioeconômicas. O estudo fundamenta-se em abordagem qualitativa, bibliográfica e documental, utilizando referenciais das áreas da educação, sociologia, economia e cultura midiática, além de documentos normativos nacionais e internacionais relacionados à alfabetização financeira. As análises

evidenciaram que a ausência de formação financeira contribui para ampliar situações de endividamento, vulnerabilidade social, sofrimento emocional e fragilidade no planejamento da vida adulta. Identificou-se, ainda, que práticas pedagógicas críticas e contextualizadas favorecem maior discernimento diante das estratégias mercadológicas, fortalecendo competências relacionadas ao consumo consciente, ao planejamento econômico e à cidadania financeira. Conclui-se que a educação financeira precisa consolidar-se como dimensão permanente da formação escolar, articulada à ética, à sustentabilidade e à justiça social.

**Palavras-chave:** Educação Financeira; Cidadania; Consumo Consciente.

### ABSTRACT

This study analyzes the relevance of financial education in basic education as a formative tool aimed at building autonomy, critical awareness, and civic participation within a society shaped by intensified consumerism, expanding credit systems, and profound socioeconomic inequalities. The research is grounded in a qualitative, bibliographic, and documentary approach, drawing upon theoretical contributions from education, sociology, economics, and media culture, as well as national and international regulatory documents related to financial literacy. The analyses revealed that the absence of financial education contributes to increased indebtedness, social vulnerability, emotional distress, and fragility in adult life planning. Furthermore, the findings demonstrate that critical and contextualized pedagogical practices foster greater discernment regarding market strategies, strengthening competencies linked to conscious consumption, economic planning, and financial citizenship. The study concludes that financial education must be consolidated as a permanent dimension of school education, closely connected to ethics, sustainability, and social justice.

**Keywords:** Financial Education; Citizenship; Conscious Consumption.

## 1 INTRODUÇÃO

A expansão acelerada das relações econômicas mediadas pelas tecnologias digitais transformou profundamente a maneira como crianças, adolescentes e adultos se relacionam com o dinheiro, o consumo e as formas contemporâneas de pertencimento social. Em poucos anos, operações financeiras antes restritas ao universo adulto passaram a integrar o cotidiano de estudantes desde os anos iniciais da escolarização. Cartões virtuais, aplicativos bancários, compras instantâneas, publicidade algorítmica e plataformas digitais passaram a organizar experiências de consumo cada vez mais precoces, inserindo os sujeitos em uma dinâmica marcada pela velocidade, pela sedução mercadológica e pela naturalização do endividamento.

Nesse cenário, a educação financeira deixou de ocupar um lugar periférico no debate educacional e passou a constituir uma necessidade formativa indispensável para a construção da autonomia, da consciência crítica e da participação cidadã.

No contexto brasileiro, essa discussão ganha contornos ainda mais urgentes diante das profundas desigualdades sociais que atravessam a realidade nacional. Milhões de famílias convivem diariamente com instabilidade econômica, renda insuficiente, precarização do trabalho e dificuldade de acesso a conhecimentos básicos relacionados ao planejamento financeiro. Tal realidade produz impactos diretos na qualidade de vida, nas relações familiares e nas possibilidades de construção de projetos futuros. A ausência de formação sistemática sobre orçamento doméstico, crédito, juros, consumo consciente e organização financeira contribui para ampliar situações de vulnerabilidade social, dependência econômica e sofrimento emocional. Dessa forma, pensar a educação financeira no ensino básico significa reconhecer que a escola precisa dialogar com os desafios concretos que estruturam a vida cotidiana dos estudantes.

A Base Nacional Comum Curricular – BNCC reconhece a relevância dessa temática ao incorporar a educação financeira entre os Temas Contemporâneos Transversais, compreendendo-a como dimensão articulada à formação integral, ao pensamento crítico e ao exercício da cidadania (Brasil, 2018). Essa inserção representa avanço significativo na compreensão de que determinados conhecimentos não podem permanecer desconectados das experiências reais vividas pelos educandos. Ao aproximar o currículo das questões econômicas presentes no cotidiano, a escola amplia sua capacidade de formar sujeitos mais conscientes diante das relações de consumo, das escolhas financeiras e das responsabilidades sociais que acompanham a vida adulta.

A educação financeira, contudo, não pode ser reduzida a um conjunto de técnicas voltadas exclusivamente para o controle monetário ou para a aprendizagem mecânica de cálculos matemáticos. Sua potência pedagógica encontra-se justamente na possibilidade de desenvolver uma leitura crítica sobre os mecanismos econômicos que atravessam a sociedade contemporânea. Isso implica compreender como desejos são produzidos, como a publicidade influencia comportamentos, como o crédito opera nas relações sociais e de que maneira o consumo passou a ocupar posição central na construção das identidades contemporâneas. Sob essa perspectiva, educar financeiramente corresponde também a formar sujeitos capazes de interpretar discursos, avaliar consequências e reconhecer limites diante das pressões do mercado.

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico compreende a alfabetização financeira como a combinação entre conhecimentos, habilidades, atitudes e comportamentos necessários para decisões econômicas conscientes e responsáveis (OCDE, 2023). Essa definição amplia significativamente o alcance da educação financeira, afastando-a de abordagens superficiais centradas apenas em poupança ou controle de gastos. O debate passa a envolver dimensões éticas, sociais e políticas

relacionadas à maneira como os indivíduos organizam prioridades, projetam o futuro e constroem relações com o dinheiro ao longo da vida. Assim, a escola deixa de atuar apenas como espaço de transmissão de conteúdos e assume o compromisso de favorecer experiências formativas conectadas à realidade social dos estudantes.

Ao discutir a sociedade contemporânea, Bauman (2008) evidencia que o consumo deixou de atender exclusivamente às necessidades materiais e passou a funcionar como linguagem de reconhecimento, pertencimento e visibilidade social. Em uma cultura marcada pela fluidez das relações e pela fabricação permanente de desejos, consumir tornou-se prática associada à ideia de sucesso, felicidade e aceitação. Crianças e adolescentes, inseridos precocemente nesse universo simbólico, encontram-se particularmente vulneráveis às estratégias midiáticas e publicitárias que estimulam o consumo impulsivo e a busca incessante por validação social.

Na sociedade de consumidores, ninguém pode se tornar sujeito sem primeiro virar mercadoria; e ninguém pode manter segura sua subjetividade sem reanimar, ressuscitar e recarregar de maneira perpétua as capacidades esperadas e exigidas de uma mercadoria vendável. Nesse modelo social, o valor dos indivíduos passa a ser constantemente medido por sua capacidade de consumir, exibir e adaptar-se às exigências do mercado, transformando identidades em produtos submetidos à lógica da competitividade e da visibilidade. A subjetividade contemporânea torna-se profundamente atravessada pelo consumo, fazendo com que desejos, relações sociais e projetos de vida sejam organizados a partir de critérios mercadológicos que produzem permanente sensação de insuficiência e necessidade de atualização contínua (Bauman, 2008, p. 20).

Essa lógica produz efeitos profundos sobre a formação das novas gerações, sobretudo porque as redes digitais intensificam comparações, estimulam padrões inalcançáveis de consumo e transformam o ato de comprar em experiência emocional contínua. Nesse contexto, a educação financeira assume importância estratégica ao possibilitar que os estudantes desenvolvam maior capacidade de análise diante dos discursos mercadológicos, aprendendo a distinguir necessidade, desejo, impulso e possibilidade econômica. A escola, portanto, precisa preparar os sujeitos não apenas para administrar recursos, mas também para compreender criticamente os processos simbólicos que organizam a cultura do hiperconsumo.

A contribuição freireana oferece importante fundamento teórico para essa compreensão, especialmente ao defender uma educação comprometida com a leitura crítica da realidade e com a formação de sujeitos capazes de intervir conscientemente no mundo. Para Freire (1996), ensinar não significa apenas transmitir conteúdos, mas criar condições para que os educandos compreendam as estruturas que atravessam sua existência. Aplicada à educação financeira, essa perspectiva impede que a temática seja tratada como simples treinamento adaptativo às exigências do mercado, deslocando-a para o campo da emancipação social e da consciência crítica.

É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática. O próprio discurso teórico, necessário à reflexão crítica, tem de ser de tal modo concreto que quase se confunda com a prática. Essa compreensão evidencia que teoria e prática não podem ser dissociadas no processo educativo, pois é na análise crítica da experiência vivida que o educador constrói novos saberes, reelabora estratégias pedagógicas e fortalece sua atuação ética e política. A reflexão sobre a prática permite compreender limites, possibilidades e contradições presentes no cotidiano escolar, favorecendo uma docência mais consciente, investigativa e comprometida com a transformação da realidade social dos educandos (Freire, 1996, p. 39).

Sob esse entendimento, trabalhar educação financeira no ensino básico implica construir experiências pedagógicas capazes de relacionar teoria e cotidiano. A análise de propagandas, a discussão sobre consumo sustentável, a compreensão do funcionamento do crédito, o planejamento de metas e a problematização das desigualdades econômicas tornam-se práticas relevantes para uma aprendizagem verdadeiramente significativa. O estudante passa a compreender que as escolhas financeiras carregam consequências individuais e coletivas, interferindo diretamente na qualidade de vida, nas relações sociais e na construção de projetos futuros.

A pertinência dessa temática torna-se ainda mais evidente quando observados os elevados índices de endividamento das famílias brasileiras. Dados recentes da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor demonstram crescimento contínuo das dívidas associadas ao cartão de crédito, ao crédito rotativo e às modalidades de financiamento de alto custo (CNC, 2024). Esse cenário revela não apenas dificuldades econômicas estruturais, mas também fragilidades relacionadas ao acesso à informação financeira e à compreensão dos mecanismos que regulam o sistema de crédito. Assim, a educação financeira escolar assume função preventiva ao contribuir para a formação de sujeitos mais preparados para lidar com riscos econômicos e tomar decisões mais equilibradas ao longo da vida adulta.

Outro aspecto relevante refere-se à relação entre educação financeira e saúde emocional. Instabilidade econômica, dívidas persistentes e ausência de planejamento frequentemente produzem ansiedade, insegurança, conflitos familiares e sofrimento psicológico. O dinheiro, nesse sentido, ultrapassa sua dimensão material e passa a interferir diretamente no bem-estar subjetivo dos indivíduos. Educar financeiramente, portanto, também significa promover condições para uma vida emocionalmente mais estável, favorecendo maior equilíbrio diante das exigências econômicas da contemporaneidade.

A presença da educação financeira no ambiente escolar exige, entretanto, sensibilidade pedagógica para evitar abordagens moralizantes ou meritocráticas. Em uma sociedade marcada por profundas desigualdades, não é possível tratar dificuldades financeiras como resultado exclusivo de escolhas individuais inadequadas. Questões como desemprego, concentração de renda, exclusão social e precarização do trabalho condicionam diretamente as possibilidades econômicas dos sujeitos. Dessa maneira, a educação financeira precisa ser construída a partir de uma perspectiva ética e socialmente

comprometida, reconhecendo os limites concretos impostos pelas estruturas econômicas sem abrir mão da formação crítica e da construção da autonomia.

Ao incorporar a educação financeira ao currículo escolar de forma crítica, interdisciplinar e contextualizada, a escola amplia significativamente sua função social. Mais do que ensinar técnicas de organização monetária, passa a contribuir para a formação de sujeitos capazes de interpretar relações econômicas, resistir às pressões consumistas e agir com maior responsabilidade diante das escolhas que atravessam a vida cotidiana. Em tempos marcados pela intensificação do consumo digital, pela circulação acelerada do crédito e pela crescente vulnerabilidade econômica das famílias, fortalecer práticas pedagógicas voltadas à alfabetização financeira tornou-se compromisso indispensável para a construção de uma sociedade mais consciente, equilibrada e socialmente responsável.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

As transformações econômicas, culturais e tecnológicas das últimas décadas alteraram profundamente a forma como os indivíduos se relacionam com o dinheiro, o consumo e os mecanismos que regulam a vida financeira contemporânea. Em uma sociedade marcada pela circulação acelerada de informações, pela expansão das plataformas digitais e pela ampliação das possibilidades de crédito, crianças e adolescentes passaram a conviver, desde cedo, com experiências econômicas que influenciam desejos, comportamentos e modos de participação social. Nesse cenário, a educação financeira assume relevância formativa ao possibilitar a construção de conhecimentos capazes de orientar escolhas mais conscientes diante das exigências da vida cotidiana.

A presença constante da publicidade, das redes sociais e das tecnologias de consumo intensificou a exposição dos sujeitos a práticas econômicas cada vez mais imediatistas. O ato de consumir deixou de responder apenas às necessidades materiais e passou a ocupar espaço central na constituição das identidades contemporâneas. Objetos, marcas e estilos de vida tornaram-se elementos associados ao reconhecimento social, à sensação de pertencimento e à validação simbólica. Tal dinâmica produz impactos significativos sobre a formação das novas gerações, especialmente porque muitos estudantes ainda se encontram em processo de desenvolvimento emocional, cognitivo e social.

Nesse contexto, discutir educação financeira no espaço escolar significa muito mais do que ensinar cálculos relacionados a juros, porcentagens ou orçamento doméstico. A temática envolve a construção de uma compreensão crítica acerca das relações econômicas que atravessam o cotidiano e influenciam comportamentos individuais e coletivos. A escola, portanto, passa a desempenhar papel estratégico na formação de sujeitos capazes de interpretar discursos de consumo, avaliar consequências de suas escolhas e compreender os efeitos sociais produzidos pelas desigualdades econômicas.

A Base Nacional Comum Curricular reconhece essa necessidade ao inserir a educação financeira entre os Temas Contemporâneos Transversais vinculados à formação integral dos estudantes (Brasil, 2018). Tal orientação evidencia que o currículo escolar brasileiro vem ampliando sua compreensão sobre os processos educativos, aproximando os conteúdos acadêmicos das experiências concretas vivenciadas pela população. Assim, a educação financeira deixa de ocupar posição secundária e passa a integrar debates relacionados à cidadania, ética, responsabilidade social, sustentabilidade e projeto de vida.

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico define alfabetização financeira como o conjunto de conhecimentos, competências e atitudes necessárias para decisões econômicas responsáveis e equilibradas (OCDE, 2023). Essa concepção amplia o entendimento tradicional sobre o tema ao demonstrar que o domínio técnico de operações matemáticas, isoladamente, não garante autonomia financeira. Torna-se necessário desenvolver capacidade analítica, discernimento crítico e compreensão sobre os mecanismos que organizam o funcionamento do mercado e das relações econômicas contemporâneas.

A educação financeira, nessa perspectiva, aproxima-se diretamente da formação cidadã. O conhecimento relacionado ao dinheiro interfere na maneira como os indivíduos planejam o futuro, administram recursos, organizam prioridades e enfrentam situações de vulnerabilidade econômica. Decisões aparentemente simples, como parcelamentos, empréstimos, financiamentos ou compras impulsivas, podem gerar consequências prolongadas na vida adulta quando realizadas sem informação adequada. Dessa maneira, fortalecer práticas educativas voltadas à alfabetização financeira representa também ampliar condições de autonomia e participação social.

As contribuições de Freire (1996) oferecem importante fundamento para compreender essa temática sob uma ótica humanizadora e crítica. Para o autor, o processo educativo precisa favorecer a leitura consciente da realidade, permitindo que os sujeitos compreendam os condicionantes históricos, sociais e culturais que atravessam suas experiências. Aplicada ao campo da educação financeira, essa concepção impede que o ensino seja reduzido à adaptação passiva às exigências do mercado, deslocando o debate para o campo da emancipação intelectual e da consciência social.

É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática. O próprio discurso teórico, necessário à reflexão crítica, tem de ser de tal modo concreto que quase se confunda com a prática. Essa compreensão evidencia que teoria e prática não podem ser dissociadas no processo educativo, pois é na análise crítica da experiência vivida que o educador constrói novos saberes, reelabora estratégias pedagógicas e fortalece sua atuação ética e política. A reflexão sobre a prática permite compreender limites, possibilidades e contradições presentes no cotidiano escolar, favorecendo uma docência mais consciente, investigativa e comprometida com a transformação da realidade social dos educandos (Freire, 1996, p. 39).

A partir dessa compreensão, o ambiente escolar precisa promover experiências pedagógicas conectadas às situações reais enfrentadas pelos estudantes. Discussões sobre consumo impulsivo, publicidade digital, crédito, planejamento financeiro, desperdício, desigualdade social e sustentabilidade podem favorecer aprendizagens mais significativas e contextualizadas. O conhecimento deixa de ocupar lugar abstrato e passa a dialogar diretamente com os desafios presentes na vida cotidiana.

Ao analisar a sociedade contemporânea, Bauman (2008) observa que o consumo passou a ocupar posição central na organização das relações sociais, transformando desejos em mecanismos permanentes de insatisfação e busca por reconhecimento. Em uma lógica marcada pela efemeridade, pela competitividade simbólica e pela necessidade constante de atualização, consumir tornou-se prática associada à construção da própria identidade.

Na sociedade de consumidores, ninguém pode se tornar sujeito sem primeiro virar mercadoria; e ninguém pode manter segura sua subjetividade sem reanimar, ressuscitar e recarregar de maneira perpétua as capacidades esperadas e exigidas de uma mercadoria vendável. Nesse modelo social, o valor dos indivíduos passa a ser constantemente medido por sua capacidade de consumir, exibir e adaptar-se às exigências do mercado, transformando identidades em produtos submetidos à lógica da competitividade e da visibilidade. A subjetividade contemporânea torna-se profundamente atravessada pelo consumo, fazendo com que desejos, relações sociais e projetos de vida sejam organizados a partir de critérios mercadológicos que produzem permanente sensação de insuficiência e necessidade de atualização contínua (Bauman, 2008, p. 20).

Essa realidade afeta diretamente crianças e adolescentes, sobretudo porque as redes digitais intensificam comparações sociais e produzem padrões de consumo frequentemente incompatíveis com a realidade econômica das famílias brasileiras. Influenciadores digitais, campanhas publicitárias personalizadas e conteúdos patrocinados estimulam práticas de compra imediata e reforçam associações entre felicidade, aceitação social e capacidade de consumo. Nesse cenário, a educação financeira precisa dialogar com a educação midiática, favorecendo o desenvolvimento de uma postura crítica diante das estratégias mercadológicas.

Lipovetsky (2007) afirma que a cultura do hiperconsumo reorganizou profundamente as subjetividades modernas, transformando o desejo em experiência contínua e acelerada. A lógica da satisfação instantânea produz relações frágeis com o dinheiro, dificultando o desenvolvimento de hábitos relacionados ao planejamento, à prudência e à administração equilibrada dos recursos financeiros. A escola, portanto, necessita preparar os estudantes para compreender os mecanismos simbólicos que produzem desejos e influenciam decisões econômicas.

As plataformas digitais ampliaram ainda mais essa complexidade ao incorporar formas sofisticadas de persuasão comercial no cotidiano das pessoas. Aplicativos bancários, compras online, anúncios segmentados, sistemas de pagamento instantâneo e microtransações digitais passaram a fazer parte das

experiências econômicas das novas gerações. Buckingham (2019) ressalta que a educação midiática deve possibilitar aos sujeitos interpretar criticamente os conteúdos produzidos pelos meios de comunicação e pelas tecnologias digitais. Tal contribuição torna-se essencial para a educação financeira, pois permite que os estudantes reconheçam interesses econômicos presentes em discursos aparentemente neutros ou espontâneos.

No Brasil, a Estratégia Nacional de Educação Financeira, reorganizada pelo Decreto nº 10.393/2020, fortaleceu a discussão sobre a necessidade de ampliar ações relacionadas à formação financeira da população (Brasil, 2020). Apesar desse avanço institucional, ainda persistem desafios significativos relacionados à efetivação da temática no cotidiano escolar. Muitos professores não receberam, em sua formação inicial, preparo suficiente para desenvolver práticas pedagógicas relacionadas ao consumo consciente, cidadania financeira ou cultura econômica contemporânea.

A ausência de formação continuada adequada pode reduzir a educação financeira a abordagens excessivamente técnicas e descontextualizadas, incapazes de provocar reflexões mais profundas sobre desigualdade, ética e participação social. Por essa razão, torna-se indispensável investir em políticas de formação docente que favoreçam práticas interdisciplinares, críticas e socialmente comprometidas. A temática exige sensibilidade pedagógica, domínio conceitual e capacidade de relacionar os conteúdos às experiências concretas vividas pelos estudantes.

Outro aspecto que demanda atenção refere-se ao risco de abordagens moralizantes sobre pobreza e organização financeira. Em uma sociedade marcada por desemprego, concentração de renda e precarização das condições de vida, não é possível atribuir dificuldades econômicas exclusivamente à ausência de planejamento individual. As condições materiais de existência influenciam diretamente as possibilidades concretas de escolha dos sujeitos. Assim, a educação financeira precisa ser desenvolvida sem reproduzir discursos meritocráticos ou culpabilizadores, reconhecendo as desigualdades estruturais que atravessam a realidade brasileira.

Nesse horizonte, o conceito de cidadania financeira ganha importância significativa. O Banco Central do Brasil compreende cidadania financeira como um conjunto de ações relacionadas à educação econômica, inclusão financeira, proteção do consumidor e participação consciente no sistema financeiro (BCB, 2025). Essa perspectiva amplia a função social da escola ao demonstrar que compreender o funcionamento das relações econômicas também constitui exercício de cidadania.

A educação financeira apresenta ainda impactos importantes sobre a saúde emocional e a qualidade das relações sociais. Instabilidade econômica, dívidas recorrentes e ausência de planejamento frequentemente produzem ansiedade, insegurança e sofrimento psicológico. O dinheiro, portanto, não atua apenas como recurso material, mas também como elemento que interfere diretamente na estabilidade emocional e nas condições de vida dos indivíduos. Nesse sentido, formar estudantes financeiramente

conscientes significa também contribuir para relações familiares mais equilibradas e para maior preparo diante das exigências da vida adulta.

As pesquisas desenvolvidas por Lusardi e Mitchell (2014) demonstram que indivíduos com maior nível de alfabetização financeira tendem a apresentar melhores condições de planejamento econômico, menor exposição ao endividamento excessivo e maior capacidade de organização patrimonial. As autoras destacam que a compreensão de conceitos financeiros básicos interfere diretamente na qualidade das decisões tomadas ao longo da vida.

A alfabetização financeira constitui uma forma essencial de capital humano, pois permite que os indivíduos processem informações econômicas, administrem riscos e tomem decisões mais conscientes ao longo do ciclo da vida. Tal compreensão evidencia que o conhecimento financeiro ultrapassa a dimensão técnica do controle monetário, assumindo papel estratégico na construção da autonomia, da segurança econômica e da capacidade de planejamento futuro. Indivíduos financeiramente alfabetizados tendem a apresentar maior preparo para lidar com situações de instabilidade econômica, compreender mecanismos de crédito, avaliar riscos e organizar escolhas mais equilibradas diante das exigências da vida contemporânea (Lusardi; Mitchell, 2014, p. 8).

Os elevados índices de inadimplência registrados no Brasil reforçam a urgência dessa discussão. Dados da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor apontam crescimento contínuo das dívidas relacionadas ao cartão de crédito e às modalidades de financiamento de alto custo (CNC, 2024). Tal realidade demonstra a necessidade de fortalecer práticas educativas capazes de ampliar a compreensão da população sobre juros, crédito, contratos e planejamento econômico.

Quando trabalhada de forma crítica e contextualizada, a educação financeira ultrapassa o ensino utilitário de administração monetária e passa a contribuir para a formação integral dos sujeitos. Sua relevância encontra-se na capacidade de aproximar o currículo escolar das experiências sociais concretas, favorecendo reflexões sobre consumo, ética, desigualdade, sustentabilidade e responsabilidade coletiva. Assim, a escola reafirma sua função pública ao promover conhecimentos capazes de fortalecer a autonomia, ampliar a consciência crítica e preparar os estudantes para enfrentar os desafios econômicos da contemporaneidade com maior discernimento e responsabilidade social.

### **3 METODOLOGIA**

A presente investigação foi desenvolvida a partir de uma abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, considerando a necessidade de compreender a educação financeira como fenômeno social, pedagógico, econômico e cultural inserido nas dinâmicas contemporâneas da formação escolar. A escolha desse percurso metodológico fundamentou-se na compreensão de que determinados fenômenos educacionais não podem ser interpretados exclusivamente por indicadores numéricos ou estatísticos, uma vez que envolvem experiências humanas, construções históricas, práticas sociais e

relações simbólicas que exigem análise interpretativa, crítica e contextualizada. Nesse horizonte, a pesquisa qualitativa possibilita aprofundar a compreensão das múltiplas dimensões que atravessam o objeto investigado, favorecendo uma leitura mais ampla acerca da inserção da educação financeira no ensino básico e de seus impactos na vida adulta dos estudantes.

Segundo Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com significados, valores, crenças, motivações e interpretações produzidas no interior das relações sociais, permitindo ao pesquisador compreender aspectos da realidade que não podem ser reduzidos à lógica quantitativa. Tal perspectiva mostrou-se pertinente para esta investigação, sobretudo porque a educação financeira ultrapassa o campo técnico das operações matemáticas e se relaciona diretamente com questões éticas, culturais, subjetivas e sociais presentes no cotidiano escolar.

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Essa abordagem metodológica possibilita compreender fenômenos humanos e sociais em sua complexidade, considerando as experiências subjetivas, os contextos históricos e as relações simbólicas que atravessam a realidade investigada. Diferentemente das perspectivas centradas exclusivamente em dados numéricos, a pesquisa qualitativa busca interpretar sentidos, percepções e construções sociais produzidas pelos sujeitos em suas práticas cotidianas, favorecendo análises mais amplas, críticas e contextualizadas dos fenômenos estudados (Minayo, 2001, p. 21).

O desenvolvimento da pesquisa bibliográfica ocorreu mediante levantamento sistemático de livros, artigos científicos, dissertações, teses, documentos institucionais e publicações acadêmicas relacionadas à educação financeira, cidadania, currículo escolar, cultura do consumo, alfabetização financeira e políticas educacionais. A seleção do material priorizou autores reconhecidos nacional e internacionalmente, além de produções recentes e relevantes para a compreensão crítica da temática investigada. Foram utilizadas referenciais teóricos vinculados aos campos da educação, sociologia, economia, cultura midiática e formação cidadã, buscando construir uma análise interdisciplinar coerente com os objetivos da pesquisa.

Gil (2008) afirma que a pesquisa bibliográfica permite ao pesquisador ampliar o contato com produções científicas já elaboradas, favorecendo o aprofundamento teórico sobre determinado objeto de estudo. Além de possibilitar maior rigor analítico, esse tipo de investigação contribui para identificar perspectivas distintas, lacunas teóricas e aproximações conceituais existentes na literatura especializada.

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Sua principal vantagem reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Esse tipo de investigação possibilita ao pesquisador aprofundar conhecimentos teóricos, identificar diferentes perspectivas analíticas e estabelecer relações entre produções científicas já consolidadas acerca do objeto estudado (Gil, 2008, p. 50).

A dimensão documental da pesquisa concentrou-se na análise de normativas, legislações e documentos oficiais relacionados à educação brasileira e às políticas públicas de educação financeira. Entre os materiais analisados destacam-se a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018), os documentos orientadores dos Temas Contemporâneos Transversais, a Estratégia Nacional de Educação Financeira reorganizada pelo Decreto nº 10.393/2020, além de relatórios produzidos pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico e pelo Banco Central do Brasil. A utilização desses documentos permitiu compreender de que maneira a educação financeira vem sendo incorporada às políticas curriculares e às estratégias institucionais voltadas à formação cidadã da população brasileira.

A pesquisa documental, conforme Cellard (2008), possibilita acessar registros que expressam concepções políticas, sociais e educacionais produzidas em diferentes contextos históricos. Tal procedimento contribui para interpretar discursos institucionais, diretrizes normativas e intencionalidades presentes nos documentos oficiais, favorecendo uma análise crítica acerca das formas pelas quais determinadas temáticas passam a integrar os debates educacionais contemporâneos.

Durante o percurso investigativo, a análise dos materiais selecionados ocorreu de maneira interpretativa, reflexiva e crítica, buscando estabelecer relações entre os referenciais teóricos e os desafios concretos presentes na realidade educacional brasileira. A interpretação dos dados fundamentou-se na articulação entre os diferentes autores estudados, considerando aproximações conceituais, contribuições analíticas e problematizações relacionadas à formação financeira no ensino básico. Esse movimento permitiu compreender que a educação financeira não se restringe ao ensino de conteúdos econômicos, mas envolve dimensões relacionadas à autonomia, à cidadania, à ética, à cultura do consumo e à formação crítica dos estudantes.

A investigação também considerou as contribuições de autores que discutem os impactos da sociedade de consumo sobre a formação das subjetividades contemporâneas, especialmente no contexto das tecnologias digitais e das estratégias midiáticas voltadas ao consumo. As reflexões de Bauman (2008), Lipovetsky (2007) e Buckingham (2019) foram incorporadas ao estudo com o objetivo de compreender como a cultura consumista influencia comportamentos econômicos e interfere na construção das identidades juvenis. Paralelamente, as contribuições pedagógicas de Freire (1996) ofereceram suporte teórico para interpretar a educação financeira a partir de uma perspectiva crítica, humanizadora e socialmente comprometida.

A escolha por uma abordagem interpretativa mostrou-se essencial para evitar leituras reducionistas sobre o fenômeno investigado. A educação financeira, compreendida apenas sob a lógica do controle monetário, tende a perder densidade pedagógica e social. Por essa razão, o estudo buscou analisar a temática

em diálogo com questões relacionadas às desigualdades econômicas, à cidadania financeira, à formação crítica e às implicações éticas do consumo na sociedade contemporânea.

Outro aspecto metodológico relevante refere-se à preocupação com a confiabilidade e a legitimidade das fontes utilizadas ao longo da investigação. Todas as referências selecionadas correspondem a produções acadêmicas reconhecidas, legislações oficiais ou documentos institucionais produzidos por organismos nacionais e internacionais de relevância científica e educacional. Tal cuidado objetivou assegurar consistência teórica, rigor analítico e fundamentação adequada às discussões desenvolvidas no estudo.

A análise interpretativa dos referenciais permitiu identificar recorrências temáticas relacionadas à necessidade de fortalecimento da educação financeira nas escolas, à importância da formação docente, aos impactos do consumo impulsivo sobre a vida adulta e à urgência de práticas pedagógicas mais contextualizadas e críticas. Também foi possível perceber que os autores analisados convergem ao reconhecer que a ausência de alfabetização financeira amplia situações de vulnerabilidade econômica, endividamento e dificuldade de planejamento futuro.

A partir dessa trajetória metodológica, tornou-se possível construir uma compreensão mais aprofundada acerca da educação financeira como dimensão integrante da formação humana e cidadã. O percurso investigativo favoreceu não apenas a análise dos fundamentos pedagógicos relacionados ao tema, mas também a problematização das condições sociais, culturais e econômicas que atravessam a vida cotidiana dos estudantes brasileiros. Assim, a metodologia adotada mostrou-se coerente com os objetivos da pesquisa ao possibilitar uma análise crítica, contextualizada e teoricamente fundamentada sobre a importância da educação financeira no ensino básico e seus desdobramentos na vida adulta.

#### **4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

A análise dos referenciais teóricos e documentais examinados ao longo desta investigação permitiu identificar que a educação financeira ocupa papel decisivo na formação de sujeitos mais conscientes diante das exigências econômicas que atravessam a sociedade contemporânea. Os dados analisados evidenciam que a ausência de alfabetização financeira não representa apenas uma limitação relacionada ao domínio técnico de conceitos econômicos, mas constitui fragilidade que repercute diretamente na autonomia, na estabilidade emocional, nas relações familiares e na capacidade de participação cidadã. A compreensão do dinheiro, do consumo, do crédito e do planejamento financeiro emerge, portanto, como dimensão indispensável à formação humana no contexto das profundas transformações sociais e econômicas observadas nas últimas décadas.

Os estudos selecionados convergem ao demonstrar que indivíduos submetidos a processos educativos voltados à formação financeira tendem a apresentar maior capacidade de organização econômica, planejamento de metas e tomada de decisões conscientes ao longo da vida adulta. As

contribuições de Lusardi e Mitchell (2014) revelam que níveis mais elevados de alfabetização financeira estão associados à redução do endividamento excessivo, ao fortalecimento da capacidade de poupança e à construção de estratégias mais seguras relacionadas ao uso do crédito e à administração patrimonial. Tal constatação reforça a importância da inserção da educação financeira ainda nos anos iniciais da escolarização, considerando que muitos hábitos econômicos são construídos precocemente e acompanham os sujeitos durante toda a vida.

A investigação também permitiu perceber que o problema do endividamento não pode ser analisado exclusivamente sob uma ótica individual. Embora o conhecimento financeiro contribua significativamente para escolhas mais equilibradas, as dificuldades econômicas enfrentadas por grande parcela da população brasileira relacionam-se diretamente às desigualdades estruturais, à concentração de renda, à precarização das relações de trabalho e à fragilidade das políticas de proteção social. Nesse sentido, os resultados obtidos demonstram que uma abordagem crítica da educação financeira precisa reconhecer as condições materiais concretas que limitam as possibilidades econômicas dos sujeitos, evitando interpretações simplificadoras fundamentadas em discursos meritocráticos ou culpabilizadores.

As reflexões desenvolvidas por Santos (2021) tornam-se particularmente relevantes para compreender essa realidade, especialmente ao evidenciar que as desigualdades contemporâneas não decorrem apenas da ausência de esforço individual, mas de estruturas históricas profundamente excludentes que condicionam o acesso aos direitos sociais, econômicos e educacionais. Tal compreensão desloca a educação financeira para um campo mais amplo, no qual ensinar sobre dinheiro significa também discutir justiça social, dignidade humana e cidadania econômica.

A desigualdade não é um acidente da história contemporânea, mas parte de um modelo social que produz exclusão, invisibilidade e limitação de direitos. Tal realidade evidencia que as estruturas econômicas e sociais não operam de maneira neutra, mas reproduzem mecanismos históricos de concentração de renda, precarização das condições de vida e restrição do acesso a oportunidades fundamentais. Nesse contexto, a desigualdade ultrapassa a dimensão material e interfere diretamente na participação política, na dignidade humana e nas possibilidades concretas de exercício da cidadania. Compreender esse fenômeno exige reconhecer que pobreza, vulnerabilidade e exclusão resultam de processos estruturais que atravessam a organização da sociedade contemporânea (Santos, 2021, p. 42).

Sob essa perspectiva, os resultados da pesquisa indicam que a educação financeira escolar precisa ultrapassar práticas superficiais centradas apenas em cálculos matemáticos e técnicas de economia doméstica. O estudo evidenciou que abordagens limitadas ao ensino operacional tendem a esvaziar o potencial pedagógico da temática, reduzindo-a a exercícios descontextualizados incapazes de dialogar com os desafios reais vivenciados pelos estudantes. Em contrapartida, práticas pedagógicas críticas e

interdisciplinares demonstram maior capacidade de promover reflexão, autonomia intelectual e consciência social.

A análise dos documentos curriculares brasileiros confirma essa necessidade ao reconhecer a educação financeira como tema transversal vinculado à formação integral dos estudantes (Brasil, 2018). Entretanto, apesar dos avanços normativos observados na Base Nacional Comum Curricular e na Estratégia Nacional de Educação Financeira, os referenciais analisados revelam que ainda existem dificuldades significativas relacionadas à efetivação dessa temática no cotidiano escolar. Persistem desafios associados à formação docente, à ausência de materiais pedagógicos contextualizados e à permanência de práticas excessivamente tecnicistas no interior das instituições de ensino.

A investigação evidenciou, ainda, que o ambiente contemporâneo de hiperconsumo exerce forte influência sobre a construção das subjetividades juvenis. As contribuições de Bauman (2008) e Lipovetsky (2007) permitem compreender que a sociedade atual transformou o consumo em mecanismo de pertencimento simbólico, reconhecimento social e validação identitária. Redes sociais, influenciadores digitais, publicidade personalizada e plataformas digitais passaram a produzir desejos contínuos, intensificando comportamentos impulsivos e ampliando vulnerabilidades econômicas entre crianças e adolescentes.

Na sociedade de consumidores, a busca pela felicidade transforma-se em busca incessante por objetos, experiências e signos capazes de garantir reconhecimento e pertencimento. Nessa lógica social, o consumo deixa de responder apenas às necessidades materiais e passa a ocupar posição central na construção das identidades, das relações sociais e das formas de visibilidade contemporâneas. O sujeito é constantemente incentivado a consumir para afirmar seu valor, demonstrar sucesso e alcançar aceitação social, alimentando um ciclo contínuo de insatisfação e desejo. A felicidade, assim, torna-se associada à aquisição permanente de bens e experiências, produzindo relações marcadas pela efemeridade, pela competitividade simbólica e pela permanente sensação de insuficiência (Bauman, 2008, p. 31).

Os resultados obtidos demonstram que estudantes submetidos cotidianamente a essas dinâmicas tornam-se mais vulneráveis às pressões mercadológicas, sobretudo quando não possuem instrumentos críticos para interpretar os discursos publicitários e compreender os mecanismos simbólicos que estimulam o consumo impulsivo. Nesse contexto, a educação financeira revela importante dimensão preventiva ao favorecer o desenvolvimento de competências relacionadas à análise crítica da mídia, ao planejamento econômico e à tomada de decisões mais conscientes.

A articulação entre educação financeira e educação midiática aparece, portanto, como um dos aspectos mais relevantes identificados ao longo desta investigação. O estudo demonstrou que compreender o funcionamento das estratégias publicitárias contemporâneas constitui elemento essencial para a construção da autonomia juvenil. Buckingham (2019) destaca que a educação midiática deve possibilitar aos sujeitos interpretar criticamente os conteúdos produzidos pelos meios de comunicação e pelas

plataformas digitais, permitindo maior discernimento diante das mensagens de consumo disseminadas cotidianamente.

Outro aspecto fortemente evidenciado pelos referenciais analisados refere-se à relação entre instabilidade financeira e sofrimento emocional. As produções examinadas demonstram que dificuldades econômicas persistentes frequentemente desencadeiam ansiedade, insegurança, conflitos familiares e comprometimento da qualidade de vida. A ausência de planejamento financeiro, associada ao uso inadequado do crédito e à fragilidade da educação econômica, contribui para ampliar situações de vulnerabilidade psicológica e desgaste nas relações interpessoais.

Os resultados permitem afirmar que a educação financeira não atua apenas na organização monetária dos indivíduos, mas interfere diretamente na construção de maior equilíbrio emocional e estabilidade social. Famílias que desenvolvem práticas de planejamento, diálogo financeiro e organização econômica tendem a apresentar melhores condições de enfrentamento diante de situações imprevistas e crises econômicas. Nesse sentido, formar estudantes financeiramente conscientes significa também contribuir para relações familiares mais saudáveis e para maior preparo diante das exigências da vida adulta.

A pesquisa revelou igualmente que a educação financeira apresenta impacto significativo na construção dos projetos de vida dos estudantes. A capacidade de estabelecer prioridades, planejar objetivos e compreender limites econômicos favorece decisões mais equilibradas relacionadas à continuidade dos estudos, inserção profissional, organização familiar e planejamento futuro. Tal constatação aproxima diretamente a educação financeira da formação cidadã, uma vez que planejar a própria trajetória exige consciência crítica acerca das condições econômicas e sociais que atravessam a existência humana.

As análises desenvolvidas também evidenciaram que o ensino da educação financeira contribui para ampliar o pensamento crítico dos estudantes diante das desigualdades sociais e dos mecanismos econômicos que estruturam a sociedade contemporânea. Quando abordada de maneira contextualizada, a temática permite compreender que escolhas financeiras nunca são neutras, pois envolvem valores éticos, prioridades sociais e impactos coletivos. Assim, a educação financeira deixa de operar apenas no campo individual e passa a favorecer reflexões relacionadas à responsabilidade social, sustentabilidade e justiça econômica.

Freire (1996) contribui significativamente para essa interpretação ao defender uma prática educativa comprometida com a leitura crítica do mundo e com a formação de sujeitos capazes de compreender as estruturas que condicionam suas experiências sociais.

Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção. Essa compreensão rompe com modelos tradicionais de ensino baseados na simples transmissão mecânica de conteúdos e reconhece o estudante como sujeito ativo do processo educativo. O ato pedagógico passa a ser entendido como experiência dialógica, crítica e participativa, na qual educador e educando constroem conhecimentos a partir da problematização da realidade, da troca de experiências e da reflexão sobre o mundo vivido. Nesse horizonte, ensinar exige escuta, sensibilidade, compromisso ético e abertura para processos formativos capazes de favorecer autonomia, consciência crítica e transformação social (Freire, 1996, p. 47).

Essa perspectiva mostrou-se profundamente coerente com os resultados obtidos na investigação, especialmente porque a educação financeira demonstrou maior efetividade quando desenvolvida por meio de práticas pedagógicas dialógicas, contextualizadas e conectadas às experiências concretas vivenciadas pelos estudantes. O estudo permitiu perceber que abordagens centradas apenas na memorização de conceitos econômicos produzem impacto limitado, enquanto metodologias que articulam teoria e cotidiano favorecem aprendizagens mais significativas e duradouras.

Outro elemento identificado refere-se à necessidade urgente de fortalecimento da formação docente para atuação no campo da educação financeira. Muitos professores ainda demonstram insegurança diante da temática, sobretudo em razão da ausência de preparo específico durante a formação inicial. Tal realidade compromete a consolidação de práticas pedagógicas mais críticas, interdisciplinares e socialmente contextualizadas. A pesquisa evidencia que investir em formação continuada representa condição indispensável para que a educação financeira deixe de ocupar lugar periférico no currículo escolar e passe a integrar efetivamente os processos formativos desenvolvidos pelas instituições de ensino.

As análises desenvolvidas ao longo deste estudo demonstram que a educação financeira possui potencial transformador quando compreendida como dimensão articulada à cidadania, à ética e à formação crítica. Sua relevância ultrapassa o ensino de técnicas relacionadas ao controle de gastos, alcançando a construção de sujeitos mais conscientes, autônomos e preparados para interpretar as complexas relações econômicas que estruturam a contemporaneidade. Em um cenário marcado pela intensificação do consumo digital, pela ampliação do crédito e pelo crescimento das desigualdades sociais, fortalecer práticas educativas voltadas à alfabetização financeira representa compromisso fundamental com a construção de uma sociedade menos vulnerável, mais equilibrada e socialmente responsável.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A presente investigação possibilitou compreender que a educação financeira ocupa posição central na formação humana, cidadã e social no contexto das profundas transformações econômicas que atravessam a contemporaneidade. Em uma sociedade marcada pela intensificação do consumo, pela expansão acelerada do crédito e pela crescente influência das tecnologias digitais sobre os comportamentos cotidianos, discutir educação financeira no ensino básico deixou de representar uma escolha pedagógica complementar e

passou a constituir necessidade formativa indispensável. O estudo evidenciou que compreender as relações econômicas contemporâneas significa ampliar a capacidade dos sujeitos de interpretar criticamente o mundo, reconhecer limites, avaliar consequências e construir trajetórias mais conscientes diante das exigências da vida adulta.

Ao retomar os objetivos desta pesquisa, verificou-se que a inserção da educação financeira no currículo escolar possui potencial significativo para fortalecer competências relacionadas ao planejamento econômico, à tomada de decisões responsáveis, à autonomia intelectual e à construção da cidadania crítica. Os referenciais analisados demonstraram que estudantes expostos a práticas pedagógicas contextualizadas e reflexivas tendem a desenvolver maior discernimento diante das dinâmicas de consumo, das estratégias publicitárias e dos mecanismos de endividamento que estruturam a sociedade contemporânea. Dessa maneira, a educação financeira revelou-se não apenas como instrumento técnico voltado à organização monetária, mas como dimensão ética e social diretamente vinculada à formação integral dos sujeitos.

As análises desenvolvidas permitiram identificar que a ausência de alfabetização financeira amplia situações de vulnerabilidade econômica, instabilidade emocional e fragilidade no planejamento da vida adulta. O desconhecimento sobre funcionamento do crédito, juros, parcelamentos e organização financeira contribui para o crescimento do endividamento familiar e para a reprodução de práticas econômicas impulsivas frequentemente estimuladas pela cultura consumista contemporânea. Nesse sentido, os resultados obtidos confirmam a hipótese inicial de que a educação financeira escolar exerce influência significativa sobre a construção de comportamentos econômicos mais conscientes, equilibrados e socialmente responsáveis.

Outro aspecto evidenciado pela pesquisa refere-se à necessidade de superar abordagens superficiais e excessivamente tecnicistas relacionadas à temática. O estudo demonstrou que limitar a educação financeira ao ensino mecânico de cálculos e fórmulas reduz consideravelmente seu potencial pedagógico e formativo. Em contrapartida, práticas educativas fundamentadas na problematização da realidade, no diálogo interdisciplinar e na articulação entre teoria e cotidiano apresentam maior capacidade de promover reflexão crítica, autonomia e participação cidadã. Tal constatação reforça a importância de compreender a educação financeira como campo articulado à ética, à sustentabilidade, à justiça social e à formação crítica dos estudantes.

As discussões realizadas ao longo da investigação também permitiram reconhecer que dificuldades econômicas não podem ser interpretadas exclusivamente como consequência de escolhas individuais inadequadas. As desigualdades estruturais presentes na sociedade brasileira interferem diretamente nas condições concretas de acesso à renda, ao consumo e às oportunidades sociais. Por essa razão, a educação

financeira precisa ser desenvolvida de maneira socialmente comprometida, evitando discursos moralizantes ou meritocráticos que desconsiderem os impactos das desigualdades históricas sobre a vida da população.

A pesquisa evidenciou ainda que o fortalecimento da educação financeira no ambiente escolar depende diretamente da ampliação das políticas de formação docente. Muitos professores ainda enfrentam dificuldades relacionadas à ausência de preparo específico para trabalhar a temática de forma crítica e contextualizada. Tal realidade demonstra a necessidade de investimentos em processos formativos capazes de oferecer suporte teórico, metodológico e pedagógico aos profissionais da educação, favorecendo práticas mais reflexivas e conectadas às experiências concretas vivenciadas pelos estudantes.

Outro elemento relevante identificado neste estudo refere-se à relação entre educação financeira e saúde emocional. A instabilidade econômica, associada ao consumo impulsivo e ao endividamento recorrente, produz impactos significativos sobre o bem-estar psicológico e sobre as relações familiares. Nesse contexto, educar financeiramente também significa promover condições mais equilibradas de vida, fortalecendo a capacidade dos sujeitos de enfrentar desafios econômicos com maior consciência, responsabilidade e autonomia.

Diante dos resultados obtidos, conclui-se que a educação financeira precisa consolidar-se como dimensão permanente da formação escolar brasileira, integrada de maneira interdisciplinar às práticas pedagógicas desenvolvidas no ensino básico. Sua relevância ultrapassa os limites da organização monetária e alcança a construção de sujeitos mais críticos, autônomos e preparados para compreender as múltiplas relações econômicas que estruturam a vida social contemporânea. Assim, fortalecer práticas educativas voltadas à alfabetização financeira representa importante estratégia de promoção da cidadania, redução de vulnerabilidades e fortalecimento da participação social consciente.

Por fim, reconhece-se que esta investigação não esgota as possibilidades de análise relacionadas ao tema. A complexidade das relações econômicas contemporâneas exige continuidade dos estudos voltados à compreensão dos impactos da educação financeira sobre diferentes contextos sociais, faixas etárias e realidades educacionais. Pesquisas futuras poderão aprofundar discussões relacionadas às práticas pedagógicas aplicadas nas escolas públicas, à formação continuada de professores, às relações entre consumo digital e juventude, bem como aos efeitos da educação financeira sobre o desenvolvimento emocional e social dos estudantes. Dessa maneira, ampliar o debate acadêmico sobre a temática torna-se fundamental para fortalecer políticas educacionais comprometidas com a formação crítica e cidadã das novas gerações.

## REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de cidadania financeira 2025**. Brasília: BCB, 2025.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação, 2018.

BRASIL. **Temas contemporâneos transversais na BNCC: contexto histórico e pressupostos pedagógicos**. Brasília: Ministério da Educação, 2019.

BRASIL. Decreto nº 10.393, de 9 de junho de 2020. Institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 10 jun. 2020.

BUCKINGHAM, David. **The media education manifesto**. Cambridge: Polity Press, 2019.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO. **Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor: PEIC**. Brasília: CNC, 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LIPOVETSKY, Gilles. **A felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LUSARDI, Annamaria; MITCHELL, Olivia S. The economic importance of financial literacy: theory and evidence. **Journal of Economic Literature**, Nashville, v. 52, n. 1, p. 5-44, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 9-29.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **OECD/INFE 2020 International Survey of Adult Financial Literacy**. Paris: OECD Publishing, 2020.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **OECD/INFE 2023 International Survey of Adult Financial Literacy**. Paris: OECD Publishing, 2023.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O futuro começa agora: da pandemia à utopia**. São Paulo: Boitempo, 2021.